



PRODUTO 05: ANÁLISE DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS PLANOS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS), BEM COMO DOS DEMAIS INSTRUMENTOS DE APOIO AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NOS TERRITÓRIOS COCAIS, BAIXO PARNAÍBA, VALE DO ITAPECURU E LENÇÓIS MARANHENSES, NO PERÍODO DE 2007-2010.

NOME DA CONSULTORA: MARY ALBA SANTIAGO FIGUEIREDO

MÊS/ANO: ABRIL / 2011



SUMÁRIO

Apresentação	03
1- Análise do Processo de Qualificação e Elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)	04
1.1-Dimensões e seus Programas Aglutinadores para o Desenvolvimento Sustentável do Território Rural de Baixo Parnaíba	09
1.2-Dimensões e seus Programas Aglutinadores para o Desenvolvimento Sustentável do Território Rural dos Cocais	10
1.3-Dimensões e seus Programas Aglutinadores para o Desenvolvimento Sustentável do Território Rural dos Lençóis Maranhense e Munim	11
1.4-Dimensões e seus Programas Aglutinadores para o Desenvolvimento Sustentável do Território Rural do Vale do Itapecuru	12
2- Análise do Processo de Qualificação e Elaboração dos Plano de Negócio dos Empreendimentos (PNE), PTCP – Planos Territoriais de Cadeias de Produção Cooperativa (ou Planos de Negócios Territoriais – PNT)	14
2.1- Território Rural dos Lençóis Maranhense e Munim: Estudo da Cadeia Produtiva da Piscicultura e Plano Territorial Preliminar do Negócio do Artesanato	15
2.2- Território Rural dos Lençóis Maranhense e Munim: Estudo da Cadeia Produtiva da Piscicultura e Plano Territorial Preliminar do Negócio do Artesanato	15
2.3- Território Rural dos Lençóis Maranhense e Munim: Estudo da Cadeia Produtiva da Piscicultura e Plano Territorial Preliminar do Negócio do Artesanato	16
2.4- Território Rural dos Lençóis Maranhense e Munim: Estudo da Cadeia Produtiva da Piscicultura e Plano Territorial Preliminar do Negócio do Artesanato	17
3- Análise do Processo de Qualificação e Elaboração dos Planos Safras Territoriais	17
4- Conclusão	19
Referências Bibliográficas	21
Lista de Abreviaturas e Siglas	22

APRESENTAÇÃO

A Análise do Processo de Qualificação e Elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), bem como dos demais Instrumentos de Apoio ao Planejamento Territorial nos 04 Territórios Rurais, no Período de 2007-2010, tem por objetivo resgatar o contexto institucional em que se deu a elaboração destes Documentos, metodologias utilizadas, gestão e situação atual.

Está estruturado primeiramente numa análise do processo de qualificação do PTDRS- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. A segunda parte consiste na análise do processo de qualificação e elaboração dos Planos de Negócio dos Empreendimentos (PNE), Planos Territoriais de Cadeias de Produção Cooperativa (PTCPC) ou Planos de Negócios Territoriais(PNT) e Plano Safra Territoriais (PST).

No processo de fortalecimento da gestão social do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais estes instrumentais são ferramentas que auxiliam no processo de consolidação dos colegiados, contribuindo para refletir e tomar decisões sobre sua organização, elaboração e qualificação dos planos, identificação e aprofundamento de projetos e ações estratégicas e no controle social.

Esta análise permitirá aos colegiados por meio das Câmaras temáticas o resgate destes instrumentais e inclusão de novos indicadores em seus planejamentos.

Cada CODETER aprimorará Plano de Gestão proposto no PTDRS, tomando parte dos seus planos de ação elaborados com a assessoria das entidades da Rede de Parceiros que têm convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

1- ANÁLISE DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS PLANOS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PTDRS)

As políticas públicas executadas pelo Governo Federal, nas últimas décadas, faziam uma leitura de um Brasil homogêneo, resultando em investimentos pouco sensíveis às diversidades locais. Nesse contexto, surge uma série de reivindicações da sociedade civil e de alguns setores públicos de que se fazia necessário à articulação de políticas públicas nacionais com as iniciativas locais.

Em resposta a estas reivindicações, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) propõe, em 2003, uma política nacional de promoção do desenvolvimento rural sustentável com um recorte territorial, contribuindo, assim, para uma nova visão de desenvolvimento.

A experiência do desenvolvimento territorial rural trouxe consigo a possibilidade de re-planejar, re-avaliar e re-construir os processo de planejamento e avaliação, sonhos futuros e na construção do desenvolvimento que se pretende sustentável e participativo. Nesse caminhar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) é um instrumento valioso a ser explorado.

O PTDRS foi o primeiro produto elaborado pela sociedade civil e poder público voltado ao desenvolvimento territorial, seguindo a linha metodológica definida pela SDT. Os PTDRS dos 04 Territórios em referência neste Relatório foram elaborados em 2004.

Segundo documento elaborado para os Territórios, visando aprimorar o diagnóstico do PTDRS, foi o Estudo Propositivo (EP) que teve a participação dos colegiados territoriais. Para cada Território foi elaborado em 2007 um Estudo Propositivo.

Após os primeiros cinco anos os planos necessitaram ser revistos, atualizados e qualificados. Este processo inicia-se em 2009, sendo concluído em 2010. Os PTDRS Qualificados apresentam um diagnóstico atual do território nas diversas dimensões da realidade e permitiu a reconstrução do planejamento com os agentes de apoio ao desenvolvimento territorial, especialmente os membros dos Colegiados Territoriais(hoje, CODETER- Colegiados de Desenvolvimento Territorial).

Qualificação dos PTDRS visa fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas como base para uma ação coordenada das diferentes instituições as quais intervêm nos territórios, no intuito de fomentar o desenvolvimento sustentável do território.

No processo de qualificação para a elaboração dos Diagnósticos foi estabelecido como uma revisão das informações primárias e secundárias e um re-planejamento. Buscou-se identificar por município, os estudos, dados, informações, entidades governamentais e não governamentais, bem como técnicos/ assessores com amplo conhecimento local que pudessem contribuir para a construção dos PTDRS, atendendo desta forma a diversidade de realidades, bem como seus estágios de desenvolvimento local.

A definição dos programas propostos para os planejamentos seguiu dois caminhos, paralelos e, ao mesmo tempo, consequentes. O primeiro caminho está referenciado pelo PTDRS original e o Estudos Propositivos, de onde se aproveitou grande parte das propostas, especialmente as que não foram implementadas. O segundo caminho seguiu as propostas definidas nas oficinas pelos representantes do Colegiado Territorial. Nesta etapa houve um redirecionamento dos programas identificados em 2004, devido a um diagnóstico mais qualificado de cada território.

No decorrer das oficinas de qualificação dos PTDRS, buscou-se garantir a participação dos representantes do Colegiado, tanto do segmento do poder público, quanto da sociedade civil, numa tentativa de tornar mais visível à importância dos

PTDRS e de concebê-los enquanto instrumentos conciliadores das políticas públicas e que estes, pudessem ter condições de qualificá-los de forma crítica e criativa, refletindo sobre as ações territoriais e identificando soluções viáveis para este novo momento dos PTDRS.

As etapas de planejamento para a construção dos planos seguiram os seguintes passos:

Reuniões da equipe Técnicas;

Leitura compreensiva e crítica do PTDRS elaborado e outros documentos;

Levantamento, atualização e comparação das informações secundárias referentes ao Território;

Oficinas com representantes do Colegiado do Território;

Visitas técnicas ao CODETER e a projetos nos municípios que integram o Território;

Realização de oficinas de homologação com a plenária do CODETER para apreciação e discussão das análises realizadas nas atividades anteriores;

Redação final do PTDRS qualificado

Oficina de homologação do PTDRS final

Numa leitura dos PTDRS percebe-se que o processo metodológico ainda está voltado para dentro do Território não havendo um diálogo com o ambiente externo ou mesmo menciona suas interferências positivas ou negativas na sua dinâmica.

Ao longo da qualificação dos planos, evidenciou-se um distanciamento entre o que está sendo executado pelas três instâncias de governo e as ações da Política de Desenvolvimento Territorial no Estado. Uma das causas perpassa pelo desconhecimento das políticas públicas por parte dos atores sociais, muitas das vezes por conta da falta de informações, assim como, não existe a prática por parte das esferas de governo em consultar os Colegiados ou o PTDRS para o desenvolvimento de projetos e ou programas nos Territórios.

Objetivando atingir estas causas no processo de qualificação procurou compreender a lógica de planejamento das esferas dos governos centrais (estadual e federal) para adequar o planejamento territorial.

Durante o processo de qualificação percebeu-se a ausência de segmentos importantes como representantes dos comércios e indústrias locais, a pouca importância dada ao PTDRS e ao CODETER, demonstrada por instituições federais, evidenciando a necessidade de se fortalecer as estratégias da política territorial junto a esses segmentos, para que os resultados previstos se concretizem.

Os PTDRS ao longo dos anos vêm orientando às ações do Codeter prioritariamente na definição dos projetos apoiados pelo PROINF(todos os projetos territoriais estão de acordo com o PTDRS elaborado em 2004). Ainda é pouco expressivo nos enlace de negociação e acordos entre o Território e a oferta de política pública, embora vários esforços tenham sido feito pelos colegiados, porém dificultadas pela visão e perspectiva setorial de concepção e implantação de programas e projetos governamentais.

Para o bom funcionamento do sistema de gerenciamento do PTDRS no Território, os núcleos diretivo e técnico do Colegiado procuram reunir-se para tentar dar continuidade às ações estabelecidas no Plano, porém têm pouca estrutura para esta ação, além da dificuldade de conciliar os diferentes interesses, por conta de diretrizes políticas governamentais que não têm como prioridade o projeto de territorialidade.

Este fato é ressaltado no Livro Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. Avanços e Desafios(IICA. 2010) de onde destaco parte do texto que explicita o desafio para articular e integrar das políticas públicas para o desenvolvimento territorial.

“O desafio da articulação das políticas públicas é o mais estimulante e pode ser um argumento positivo em favor dessa nova forma de fazer política pública, se a força dos Territórios conseguir articular as ações dos governos em torno de objetivos negociados em cada lugar. Até por ser igualmente difícil articulá-los (governos) entre si e dentro deles mesmos” (Arilson Favareto... [et.al] - Brasília: IICA, 2010.).

Numa leitura dos PTDRS qualificados, identifica-se que nas oficinas de qualificação os colegiados territoriais apontam algumas estratégias para se alcançar os objetivos propostos nos Planos qualificados. Destaco algumas destas proposições:

- 1) mudança estratégica na condução política dos municípios, incluindo as relações microrregionais entre os prefeitos e entre as câmaras legislativas, o que levará, obrigatoriamente, a um redirecionamento das ações públicas;
- 2) uma nova ordem econômica regional, definida sob três aspectos principais: a) redução da concentração de renda, definida pela redução da concentração da terra, b) inserção da agricultura familiar no mercado e, c) maior participação dos empresários e dos representantes da classe média e alta urbana na vida dos municípios;
- 3) melhor articulação da sociedade civil, o que permitiria maior participação de todos os atores sociais na vida dos municípios, produzindo maior pressão pela redução das desigualdades municipais e regionais.
- 4) Tudo o que for implantado deve aproveitar as condições biofísicas e humanas regionais para um desenvolvimento integral, no intuito de romper definitivamente com a pequenez das fronteiras geográficas municipais e a política partidária (interinstitucionalidade).
- 5) Definir um pacto entre secretarias municipais de todos os setores as quais têm o dever de disponibilizar seus técnicos capacitados, de modo a compor com representantes dos órgãos das três esferas e de organizações não governamentais e as câmaras setoriais já existentes (multidisciplinaridade)
- 6). Encaminhar às Câmaras de Vereadores, Secretarias Estaduais e Ministérios Federais, propostas para as políticas públicas que garantam a efetivação dos programas.
- 7) Articulação dos projetos estratégicos estaduais dos planos com os Planos Plurianuais dos Estados.

Os PTDRS qualificados encontram-se na fase de impressão e está previsto para o mês de junho o lançamento estadual, quando será divulgado e apresentado seus programas e projetos.

Serão Promovidas reuniões nos municípios com o poder público e as Organizações da Sociedade Civil com o mesmo objetivo do lançamento estadual. Ainda em relação à divulgação do Plano Qualificado, serão realizadas reuniões com UFMA, UEMA, EMBRAPA, Agentes Financeiros e Entidades de Assessoria que atuam no Território. Após serão realizadas as reuniões estratégicas de articulação e negociação com os Órgãos Públicos Estaduais e Federais. Nestas ações de negociação, o CODETER definirá prioridades a serem apresentadas e discutidas em pauta específica com cada órgão, tanto a nível municipal como estadual.

Enquanto gestão dos PTDRS, todas as atividades deverão ser monitoradas diretamente pelo Núcleo Diretivo do CODETER. A coordenação técnica será feita pela Câmara Temática dos Colegiados que serão apoiadas pelas Secretarias Municipais de Agricultura e irão assumir uma dinâmica de funcionamento e acompanhamento para auxiliar o Colegiado Territorial no monitoramento das ações. Ao nível local as secretarias terão responsabilidades de elaborar os projetos, acompanhar a liberação do crédito e fiscalização do uso dos recursos junto com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Daremos destaque às dimensões e seus programas aglutinadores para o desenvolvimento sustentável de cada o Território Rural.

1.1-DIMENSÕES E SEUS PROGRAMAS AGLUTINADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO RURAL DE BAIXO PARNAÍBA

DIMENSÃO ECONÔMICA

Programa 1: Produção agropecuária

Subprograma 1: Culturas alimentares

Subprograma 2: Criação de animais

Subprograma 3: Agroextrativismo



Subprograma 4: Quintais produtivos

Programa 2: Extensão rural

Programa 3: Agroindústria, comercialização e abastecimento

Programa 4: Turismo

Programa 5: Pesca e Aquicultura

DIMENSÃO AMBIENTAL

Programa 1: Sustentabilidade ambiental

DIMENSÃO SOCIAL

Programa 1: Promoção do Acesso à Terra

Programa 2: Renovação da educação rural

Programa 3: Valorização e fortalecimento das riquezas culturais

Programa 4: Saúde e saneamento

Programa 5: Consolidação do CODETER

DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA

Programa 1: Reengenharia dos assentamentos e comunidades rurais

1.2-DIMENSÕES E SEUS PROGRAMAS AGLUTINADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO RURAL DOS COCAIS

DIMENSÃO AMBIENTAL

Programa: Ambiente Sustentável

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

Programa: População Saudável

Programa: Educação no Campo para o combate ao analfabetismo rural

Programa: Assistência social

Programa: Mulher

Programa: Mulher

Programa: Cultura

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Programa 1: Agricultor e agricultora com Terra

Programa 2: Incentivo as culturas tradicionais

Programa 3: Implantação de unidade de produção e beneficiamento de sementes e mudas

Programa 4: Desenvolvimento da fruticultura

Programa 5: Desenvolvimento de horticultura (olericultura)

Programa 6: Melhoramento da criação de animais

Programa 7: Extrativismo sustentável

Programa 8: Turismo socialmente responsável

DIMENSÃO POLITICO INSTITUCIONAL

Programa 1: Fortalecimento das institucionalidades do Território

Programa 2: Aperfeiçoamento do modelo de gestão pública

1.3-DIMENSÕES E SEUS PROGRAMAS AGLUTINADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO RURAL DOS LENÇÓIS MARANHENSE E MUNIM

DIMENSÃO ECONÔMICA

Programa 1: Produção agropecuária

Programa 2: Extensão rural

Programa 3: Agroindústria, comercialização e abastecimento

Programa 4: Turismo

DIMENSÃO AMBIENTAL

Programa 1: Sustentabilidade ambiental

DIMENSÃO SOCIAL

Programa 1: Promoção do Acesso à Terra

Programa 2: Renovação da educação rural

Programa 3: Valorização e fortalecimento das riquezas culturais



Programa 4: Saúde e saneamento

Programa 5: Consolidação do CODETER

DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA

Programa 1: Reengenharia dos assentamentos e comunidades rurais

1.4-DIMENSÕES E SEUS PROGRAMAS AGLUTINADORES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO ITAPECURU

DIMENSÃO ECONÔMICA

Eixo 1: Agricultura

Programa 1 - Acesso a Terra

Programa 2 - Dinamização das culturas tradicionais (mandioca, milho, arroz e feijão)

Programa 3 – Horticultura

Programa 4 – Fruticultura

Eixo 2 : Pecuária

PROGRAMA 1 - Melhoramento da criação dos rebanhos existentes (caprino, ovino, bovino, aves e suínos); Consolidação de novas atividades

Programa 2 – Consolidação de Novas Atividades (APICULTURA

Programa 3 – Uso sustentável dos recursos pesqueiros

Eixo 3 : Extrativismo

Programa 1 - Aproveitamento das frutas nativas e Aproveitamento integral do babaçu

Eixo 4: Infra Estrutura de Apoio à Produção

Programa 1 – Melhoria e ampliação de Infra-estrutura para produção e comercialização

Eixo 5: Comercialização

Programa 1 - Fortalecimento da comercialização dos produtos da agricultura familiar.



Eixo 6: Turismo

Programa 1 – Fortalecimento das atividades turísticas

DIMENSÃO AMBIENTAL

Eixo 1: Recursos Naturais

Programa 1 - Recuperação e preservação dos ecossistemas

DIMENSÃO SOCIAL

Eixo 1 : Saúde

Programa 1 – Saneamento Básico

Programa 2 – Fortalecimento da Saúde Preventiva

Programa 3 – Efetividade dos Serviços de Saúde Curativa

Eixo 2 : Educação

Programa 1 – Melhoria da Educação básica (Infantil, Fundamental e Médio)

Eixo 3: Assistência Social

Programa 1 – Assistência Social

Eixo 4: Cultura

Programa 1 – Estruturação da política territorial de cultura.

Eixo 5: Mulher

Programa 1 – Programa de Proteção à Mulher

DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

Eixo 1: Institucionalidade Pública

Programa 1 – Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão Pública.

Programa 1 - Melhoria da Atuação das Organizações Sociais

Eixo 3: Gestão Social das Políticas Públicas

Programa 1- Gestão Social para o Desenvolvimento Sustentável

2- ANÁLISE DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE NEGÓCIO DOS EMPREENDIMENTOS (PNE), PLANOS TERRITORIAIS DE CADEIAS DE PRODUÇÃO COOPERATIVA (PTCPC) OU PLANOS DE NEGÓCIOS TERRITORIAIS (PNT).

Para alcançar os resultados esperados, a SDT fornece aos CODETER's alguns instrumentos para subsidiar a gestão social nos territórios, tais como apoio para a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e do Plano Safra Territorial – PST. Vimos no item acima o processo de qualificação do PTDRS.

Os PTDRS definem os eixos estratégicos multisetoriais, dos quais um resultado buscado em todos os PTDRS é a dinamização econômica dos territórios. Esses eixos são explicitados de forma generalizada, sem oferecer todos os elementos necessários para se estabelecer metas físicas e financeiras a serem alcançadas em cada um dos municípios.

Para que tal efetivação ocorra de forma adequada, torna-se necessário detalhar cada eixo econômico, de modo a permitir a elaboração de programas territoriais por tipo de produtos da agricultura familiar.

Os Planos de Negócio dos Empreendimentos (PNE), Planos Territoriais de Cadeias de Produção Cooperativa (PTCPC) ou Planos de Negócios Territoriais (PNT), descrevem o funcionamento da Cadeia, identificando onde se dá a sustentação econômica do negócio/projeto, no aspecto da agregação de valor, ou seja, determinando os ganhos dos elos da cadeia produtiva.

Os Planos de Negócio dos Empreendimentos, Planos Territoriais de Cadeias de Produção Cooperativa , assim como os PTDRS, são pouco expressivos nos enlance de negociação e acordos entre o Território e a oferta de política pública, com um diferencial dos PTDRS, pois não foram apropriados pelos colegiados territoriais

2.1- TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO ITAPECURU: Plano Territorial do Negócio da Caprinocultura e Plano de Negócio do Abatedouro de Caprinos

No ano de 2007 o Colegiado do Território Vale do Itapecuru em decorrência do projeto abatedouro de caprinos(PROINF 2003) construído no município de Cantanhede e do eixo do PTDRS- caprinocultura priorizaram estudos:

- Elaboração do Estudo da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura no Território do Vale do Itapecuru/MA(concluído em2008), visando o processo de desenvolvimento sustentável de territórios rurais, o fortalecimento das redes sociais de cooperação (capital social), o fortalecimento da gestão social, a dinamização econômica nos territórios rurais e a articulação de políticas públicas.

Assim sendo, o Estudo da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura objetiva também otimizar as unidades produtivas existentes e priorizadas pelos produtores (a), a fim de torná-las mais competitivas, buscando maior eficiência produtiva, além de contribuir com a fixação da mão-de-obra no campo.

- Elaboração do Plano de Negócio do Abatedouro de Caprino e Ovino, para o Território do Vale do Itapecuru/MA (concluído em2008), como definição das principais variáveis do negócio em implementação. Instrumento essencial para o empreendedor, não somente na busca de recursos, mas, principalmente, como forma de sistematizar suas ideias e planejar de forma mais eficiente cada atividade.

2.2- TERRITÓRIO RURAL DOS COCAIS: Assessoria a formação da rede dos espaços de comercialização dos TR dos Cocais

O Colegiado do Território Rural dos Cocais, em 2007, priorizaram a elaboração da Proposta de Formação de Rede de Comercialização dos espaços de Comercialização do Território Cocais – MA. Esta proposta está diretamente correlacionada com ações priorizadas pelos colegiados enquanto projetos apoiados pelo PROINF, que forma os espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

A Proposta esta alinhada com os eixos estratégicos da SDT/MDA: organização e o fortalecimento dos atores sociais; adoção de princípios e práticas da gestão social; promoção da implementação, integração de políticas públicas (MDA/SDT, Documento Institucional nº3, 2005) e com os princípios da Economia Solidária.

- Elaboração da Proposta de Formação de Rede de Comercialização dos espaços de Comercialização do Território Cocais– MA, identificou as formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar no Território, seus principais entraves e potencialidades, na perspectiva da ampliação da renda e melhoria das condições de vida dos (as) produtores (as). Este trabalho apresenta as possibilidades de formação de rede, considerando as peculiaridades locais, fundamentado na lógica e experiências da Economia Solidária.

2.3- TERRITÓRIO RURAL DO BAIXO PARNAÍBA: Plano Territorial do Negócio da Mandioca

No Território Rural do Baixo Parnaíba o colegiado em 2007 priorizou a elaboração do Plano Territorial do Negócio da Mandioca.

- Elaboração do Plano Territorial do Negócio da Mandioca (concluído em 2008) está diretamente ligado ao principal eixo do PTDRS (mandioca) e aos projetos fortalecedores da cadeia produtiva da mandioca (PROINF). Tem com objetivos específicos: Identificar os principais produtores e relações com o mercado; Descrever o Cenário da mandioca no Estado e no Território; Característica o perfil da atividade de mandioca para o Território; Avaliar a capacidade gerencial e organizativa dos produtores para o território; Avaliar as relevâncias da atividade da mandioca para o território; Elaborar plano preliminar de marketing para a atividade da mandioca; Elaborar plano operacional para Unidades de Beneficiamento

2.4- TERRITÓRIO RURAL DOS LENÇÓIS MARANHENSE E MUNIM: Estudo da Cadeia Produtiva da Piscicultura e Plano Territorial Preliminar do Negócio do Artesanato

O Estudo da Cadeia Produtiva da Piscicultura e Plano Territorial de Negócio do Artesanato priorizados em 2007 pelo colegiado do Território Rural dos Lençóis Maranhense e Munim.

- Elaboração do Estudo da Cadeia Produtiva da Piscicultura (concluído em 2008). A Pesca e Piscicultura é um dos eixos de desenvolvimento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Lençóis Maranhenses/Munim – PTDRS, tendo em vista o potencial pesqueiro existente e o grande contingente de famílias de agricultores familiares envolvidos nessa atividade. Também está diretamente correlacionado com os projetos fortalecedores (PROINF) deste eixo de desenvolvimento.

- Não foi elaborado o Plano Territorial do Negócio do Artesanato, ainda está como pendência neste Território. Está diretamente ligado ao eixo do PTDRS (artesanato) e aos projetos fortalecedores (PROINF) deste eixo de desenvolvimento.

3- ANÁLISE DO PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS PLANOS SAFRA TERRITORIAIS (PST).

Os Planos Safras Territoriais constituem oportunidade concreta para instrumentalizar a efetivação dos eixos econômicos orientados para os produtores familiares que formam o conjunto dos beneficiários dos créditos do PRONAF e dos programas de ATER.

Foram elaborados em 2006 com a finalidade de ordenar e adequar as políticas de âmbito nacional como o crédito, a assistência técnica e extensão rural, a comercialização, agroindustrialização e outras, às condições específicas de cada território, bem como da articulação institucional necessária para a sua consolidação.

Em 2006, foram elaborados os PST dos Territórios Rurais dos Cocais, Baixo Parnaíba e Lençóis Maranhense e Munim. Está sendo elaborado, agora em 2011 o PST do Território Rural do Vale do Itapecuru

Para o desenvolvimento destes instrumentos de planejamento foram adotados os seguintes passos metodológicos:

- Leitura dos documentos já produzidos sobre o território (PTDRS e Estudo Propositivo);
- Leitura sobre os documentos já produzidos sobre a atividade no Estado e no Território;
- Reuniões com produtores rurais do território;
- Levantamento de dados secundários;
- Reuniões/Encontros com os ND e NT do Território;
- Pesquisa de Campo, com aplicação de questionários

.Até 2008 os PST foram apresentados a instituições financeiras, Secretaria Estadual de Agricultura e parceiros da sociedade civil executores de assistência técnica para que reconhecessem em seus planejamento o Plano, mais de nada adiantou, o crédito no Estado é planejado de acordo com as prioridades de cada instituição que o executa. Houve uma desmotivação por parte dos colegiados não planejando mais ações em torno dos Planos Safras.

Esta dificuldade é ressaltada em trechos do Livro Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. Avanços e Desafios(IICA. 2010):

“ No entanto, a realização de programas depende das ações e iniciativas de um conjunto de ministérios e de órgãos públicos, instâncias nas quais o Colegiado Territorial não tem governabilidade, o que dificulta a sua implementação na ponta, no Território. O entendimento da maioria dos atores sociais entrevistados é que cada vez mais o Colegiado precisa de autonomia na definição de programas e políticas para o Território,

pois na maioria das vezes as definições vêm de fora para dentro, não conseguindo chegar ao destino como deveria” (Arlson Favareto... [et.al] -- Brasília: IICA, 2010).

Em decorrência do tempo de elaboração os PST estão sofrendo ajustes a partir de uma avaliação dos gargalos encontrados e da inclusão de novos elementos do planejamento dos créditos e assistência técnica.

No período em que foram elaborados estes instrumentais os colegiados tinham a estrutura apenas de plenária, núcleos diretivos e núcleos técnicos, portanto a gestão ficava sob a responsabilidade dos núcleos diretivos. Mais com a qualificação da estrutura dos colegiados formando as câmaras temáticas, estes instrumentais terão suas gestão efetivada por estas novas instâncias dos colegiados, que tem um papel política mais trarão um reforço técnico. Porém há a necessidade de apoio para que estas Câmaras possam ter mobilidade e autonomia de trabalho.

04- CONCLUSÃO

Todos os instrumentais que estão sob a gestão dos colegiados para apoio ao planejamento territorial nos Territórios Rurais dos Cocais, Baixo Parnaíba, Vale do Itapecuru e Lençóis Maranhenses, no período de 2007-2010 foram elaborados de forma participativa levando em consideração as realidades locais.

Em 2009 inicia-se o processo de qualificação dos PTDRS (Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável objetivando que este novo PTDRS consiga ser referência para o Colegiado e demais atores sociais inseridos na dinâmica territorial e demais movimentos sociais, não só dos territórios, e, instrumento de trabalho para todos/as que estão envolvidos nesse processo, em especial as organizações dos agricultores familiares, para o fortalecimento do poder e do lugar dessas organizações, nas diferentes relações e negociações.

No entanto o ciclo de gestão dos PTDRS precisa avançar mais no sentido prático de poder transformar as demandas contidas no Plano em projetos efetivos dentro dos territórios que possam dar resultados positivos aos seus beneficiários.

A partir de 2006 a 2008 foram elaborados outros instrumentais de apoio ao planejamento dos territórios, mais que não foram devidamente apropriados pelos colegiados e pelos parceiros após sua homologação enquanto documentos finalizados, pouco influenciando no planejamento dos territórios.

Esse contexto atual de pouco diálogo destes instrumentais com o planejamento dos territórios, também são causadas pela falta de articulação entre as prefeituras e os próprios movimentos sociais. Aqueles por não perceber a importância da organização do Território e estes ainda não assumiram o recorte e a política territorial. Portanto um dos desafios da abordagem territorial é a definição das responsabilidades e competências do governo federal, estadual, municipal e das organizações da sociedade civil.

Para este fim os colegiados e parcerias devem criar instrumentos que favoreçam a articulação e integração da diferentes políticas públicas, programas estaduais e municipais. Estes processos de parcerias devem ser sustentável ao longo dos anos de forma eficiente e eficaz. Recurso humanos e financeiros devem ser destinado ao fortalecimento da gestão dos colegiados para a implementação destes instrumentais.

Estes instrumentais devem fazer parte de ciclos de estudos das câmaras temáticas dos colegiados buscando criar uma ação permanente a releituras dos mesmos nos processo de avaliação e planejamento.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável(PTDRS) do Território Rural Vale do Itapecuru. COOSPAT. SDT. 2010

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável(PTDRS) do Território rural dos Lençóis Maranhense e Munim. COOSPAT. SDT. 2010

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável(PTDRS) do Território Rural do Baixo Parnaíba. COOSPAT. SDT. 2010

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável(PTDRS) do Território Rural dos Cocais. COOSPAT. SDT. 2010

Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios / Arilson Favareto... [et.al] -- Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

Assessoria à Formação de Rede dos Espaços de Comercialização do Território dos Cocais – MA. COOSERT.SDT.2007

Estudo da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura Território do Vale do Itapecuru/MA. COOSERT.SDT.2008

Plano de Negócio do Abatedouro de Ovino e Caprino do Território Vale do Itapecuru/MA.COOSERT.SDT.2008

Estudo da Cadeia Produtiva da Piscicultura Território dos Lençóis e Munim/MA.COOSERT.SDT.2008

Plano Territorial do Negócio da Mandiocultura do Território Rural do Baixo Parnaíba. COOSERT. SDT. 2008

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATER - Assessoria Técnica Rural
- CODETER- Colegiados de Desenvolvimento Territorial
- COOSPAT- Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EP- Estudo Propositivo
- IICA- Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- PNE- Plano de Negócio dos Empreendimentos
- PNE-Planos de Negócio dos Empreendimentos
- PNT- Planos de Negócios Territoriais
- PROINF- Programa de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais
- PRONAF- Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
- PST- Plano Safra Territoriais
- PTCPC – Planos Territoriais de Cadeias de Produção Cooperativa
- PTDRS- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
- SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
- UFMA- Universidade Federal do Maranhão